

Notícia ⓘ Estadão / [Economia](#)

# Investidores criticam uso de redes sociais em comunicação de estatais

Segundo Lei das Sociedades Anônimas e regras da CVM, acionistas e seus representantes não podem falar pela companhia; comunicação deve acontecer por canais institucionais

Por Gabriel Vasconcelos (Broadcast)

18/03/2024 | 18h28



RIO - A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) voltou a criticar o uso de canais alternativos para a comunicação de estatais brasileiras que têm acionistas privados. Ao *Estadão/Broadcast*, o presidente da Amec, Fábio Coelho, falou dos prejuízos da prática, comum entre agentes públicos, como membros do [governo](#), mas que também passa pelo uso excessivo de redes sociais por executivos.

análises sobre estratégia, plano de investimento e política de dividendo. A comunicação alternativa em estatais é problemática e deve ser reprimida. Isso também vale para executivos dessas companhias usando redes sociais”, disse Coelho.

Segundo a Lei das Sociedades Anônimas e a resoluções (44 e 80) e a política de divulgação da **Comissão de Valores Mobiliários**, acionistas e seus representantes (União ou privados) não podem falar pela companhia e qualquer comunicação deve acontecer por canais institucionais. Entre eles, os chamados “fatos relevantes” enviados à CVM, eventos previamente anunciados em site, onde também cabem comunicados ou publicação de documentos.

---

Em caso de violação às regras, a CVM pede esclarecimentos à própria companhia para explique se as informações divulgadas têm fundamento ou não. Configurado o descumprimento, a CVM pode abrir processo sancionador contra os responsáveis. O resultado é absolvição, multa administrativa ou inabilitação do agente envolvido. Uma possibilidade alternativa é o fechamento de um termo de compromisso com a CVM por parte do investigado, que não implica em reconhecimento de culpa.



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, é bastante assíduo nas redes sociais Foto: PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

Segundo a CVM, uma vez constatada a veiculação de informação ainda não divulgada pelos caminhos oficiais, compete à companhia e, em especial, ao seu Diretor de Relações com Investidores (DRI), analisar o potencial de impacto da notícia sobre as negociações e, se for o caso, manifestar-se de forma imediata sobre as referidas notícias, por meio dos sistemas da CVM, e não somente após recebimento de questionamento da autarquia ou da B3.

O presidente da Petrobras, [Jean Paul Prates](#), é um dos mais assíduos nas redes sociais, se posicionando frequentemente no X (ex-Twitter) e no Instagram. Prates, que, antes da Petrobras, ocupava o cargo de senador pelo Rio Grande do Norte, não reduziu o ritmo de postagens dos tempos de Congresso Nacional. Em vez de projetos de lei e entregas do mandato — que ainda aparecem residualmente — Prates divulga a gestão na Petrobras e, eventualmente, presta esclarecimentos sobre os rumos da companhia. Procurada, a Petrobras informou que não comentará o assunto.

[INSCREVA-SE](#)

Ao se cadastrar nas newsletters, você concorda com os [Termos de Uso](#) e [Política de Privacidade](#).

Na semana passada, Prates foi às redes sociais rebater as afirmações de que a retenção de dividendos extraordinários apurados em 2023 se trata de intervenção política na empresa. No texto, disse ser legítimo que o conselho de administração se posicione orientado pelo presidente da República e ministros, esclarecendo que a ordem de retenção dos proventos veio do governo.

PUBLICIDADE

Questionado a este respeito, Coelho negou que falasse especificamente sobre a postagem de Prates, mas disse que qualquer comunicação desse tipo fora dos canais institucionais está errada e vai contra a lei das sociedades anônimas.

## Entrevistas de políticos

Para além de Prates, na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou reunião para abordar a crise dos dividendos com ministros e representantes da estatal. Na saída, os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e Fernando Haddad, deram entrevistas, em que asseguraram o pagamento dos dividendos ora retidos no futuro e disseram que o Conselho vai avaliar o melhor momento para distribuí-lo, o que foi interpretado pelos investidores como bom sinal. Entretanto, mais uma vez, fora dos ritos legais de comunicação.

ser incorporados ao chamado "Ibov Brasil". As companhias estatais brasileiras têm dificuldade para navegar nas melhores práticas. Mas o investidor privado global já tem o hábito de se relacionar com companhias disciplinadas.

Segundo o presidente da Amec, o mau hábito leva a perda de competitividade das estatais brasileiras na corrida por investimentos internacionais e, mais objetivamente, a descontos no "valuation" (avaliação) dessas empresas, com redução do seu valor de mercado.

Informações soltas, afirma, influenciam o preço (de mercado) das companhias. Ele lembrou que isso é passível de processo administrativo e que o órgão responsável por essa avaliação e abertura de investigação é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tem sido cobrada.

PUBLICIDADE

Na semana passada, a autarquia já disse ao *Estadão/Broadcast* que acompanha e analisa episódios do tipo, "tomando medidas cabíveis sempre que necessário". A CVM e seus sistemas são centrais no rito de comunicação ao mercado das companhias listadas em bolsa.

"As estatais brasileiras têm que usar os canais institucionais e valorizar o Conselho de Administração como instância de comunicação", defende Coelho. A citação ao CA vem por ser a última instância da companhia e guardar, dentro de si, uma maioria do controlador e minoria que faz parte do debate.

PUBLICIDADE



## Tudo Sobre

Petrobras

“A maioria pode exercer seu direito legítimo de tomada de decisões, mas ouvir opiniões em contrário e interagir é boa prática. Faz com que ruídos do sejam evitados”, disse o presidente da Amec para justificar a importância de concentrar comunicados com impacto de mercado na alta administração das companhias.